

# Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE

Comunicação na Assembleia da República, no dia 11 de novembro de 2014, no âmbito da Mostra/debate, alusivos à comemoração dos 25 anos do Ensino Profissional Agrícola, promovido pela Associação Portuguesa das Escolas Profissionais Agrícolas (APEPA) e pelo Centro de Formação de Basto (CFB).

**João Carlos Machado de Sousa**  
*Diretor do Centro de Formação de Basto*



# Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE

*As pessoas são, no interior da organização, os principais recursos formativos. Não está em causa, apenas, o somatório das experiências e competências individuais, mas o modo como elas se cruzam, combinam e interagem no contexto da organização. Assim, as interações coletivas, a história da organização, as situações aí vividas constituem recursos fundamentais para a formação. (<http://dgidc.min-edu.pt>).*



## **Panorama da formação contínua, desde a criação dos CFAE, em 1992 até 2014**

### **1. A formação contínua de professores na década de 80**

Praticamente resolvidos, na década de oitenta, os problemas da formação inicial de professores, chega o momento de apostar na formação contínua, a formação contínua dos anos 80 era uma formação:

- Dispersa;
- Ocasional;
- Esporádica;
- Sobretudo da iniciativa da administração central.



## *Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE*

### **2. A emergência dos CFAE nos anos 90**

- Na década de 90 que, pela primeira vez, em Portugal é implantado um programa sistemático de formação contínua; Os CFAE, instituições de cariz concelhia ou interconcelhia possibilitarão a formação localizada;
- É publicado no Decreto-Lei 249/92 de 09 de Novembro, que foi sendo alterado e atualmente substituído pelo disposto no Decreto – Lei 22/2014, de 11 de fevereiro.
- Dispondo de substanciais meios financeiros, na sequência do 1º Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993), através do programa FOCO;
- A formação contínua deixa de ser feita nas universidades e outras instituições de ensino superior e passa a ter lugar nos próprios contextos educativos – até 2010;
- Em 2006, 52% das 391 entidades formadoras eram CFAE.



## *Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE*

**Os CFAE emergem de um diploma gerador de consensos, pois acautela os interesses de todos os intervenientes, vejamos:**

- Do Estado, relacionados com a implementação da reforma educativa;
- Dos sindicatos, que se podem constituir em centros de formação e até participarem na coordenação do sistema;
- Das escolas, que se podem associar e constituir centros de formação; dos professores, que veem a progressão na carreira articulada com a formação, num contexto de vontade política centralizada resolvem-se novos e velhos problemas da Reforma Educativa e da progressão na carreira.



### 3. Características do sistema de formação contínua:

- É um sistema é aberto, uma vez que aceita e responde a iniciativas e solicitações de base institucional;
- É, institucionalmente, variado pois inclui distintas de entidades formadoras:
- E é geograficamente disperso, na medida em que se desenvolve numa malha de entidades formadoras que se estende a todos os concelhos do País.



#### **4. A redefinição da rede de CFAE em 2008**

- O Despacho nº 18039/2008 reorganiza a rede dos CFAE, através de um processo de agregação de diversos centros de formação, (Despacho nº 18039/2008);
- A rede, que de 1992/1993 a meados de 2008, tinha 192 CFAE, com a publicação do Despacho 18039/2008, de 4 de julho, que revê a mesma, passa a ter os atuais 92;



## **5. A oferta formativa:**

- Numa fase inicial, os Centros de Formação de Associação de Escolas dedicaram-se apenas à formação contínua de professores/educadores. Posteriormente alargou-se a formação ao pessoal não docente e, já com a regulamentação do III QCA, aos pais e encarregados de educação, tendo cabido aos CFAE, praticamente em exclusivo, a realização de ações para estes públicos.



## *Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE*

- A oferta formativa, até 1998, ano da publicação do Decreto-Regulamentar n.º 145, destinava-se aos educadores de infância, professores dos ensinos básico e secundário (alínea 1 e 2 do art.º 4º, Ordenamento Jurídico da Formação), aquele normativo acrescenta ao público-alvo, o pessoal não docente em exercício de funções nas suas escolas associadas.
- É o reconhecimento pela Administração Central do papel dos Centros de Formação de Associação de Escolas na valorização profissional do pessoal não docente das escolas, nomeadamente os auxiliares de ação educativa, praticamente sem formação inicial e com níveis de escolarização bastante baixos.



## ***Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE***

- Apesar dos CFAE terem como principal missão o desenvolvimento de planos de formação que contemplem a realização de ações de formação contínua, a sua atividade ultrapassa o âmbito desta oferta formativa creditada. Muitos deles promovem:
  - Seminários e/ou colóquios;
  - Certificação TIC;
  - Gestão de centros de recursos educativos; dinamização de projetos de escola, nacionais ou europeus; edição de revistas; produção de materiais pedagógicos;
  - Apoio às escolas associadas na conceção de projetos, elaboração de planos de ação, regulamentos, estabelecem protocolos com as mais variadas instituições, locais, regionais e, mesmo, a nível nacional, como com universidades, autarquias, agências de desenvolvimento local, partilhando experiências e promovendo o associativismo, em benefício de todo o seu público-alvo mais vasto, incluindo os pais e encarregados de educação, pais, entre outros agentes educativos.



## 6. Financiamento

- No respeitante ao financiamento dos CFAE, temos assistido a uma lógica de funcionamento assente no princípio de que quem *paga à banda escolhe a música*;
- Por outro lado, assistimos a um decréscimo paulatino dos recursos financeiros disponibilizados aos CFAE, tendo mesmo terminado a partir de 2011, ligeiramente no início do último terço do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) – 2007/2013.
- Apesar da desesperante situação financeira, decorrente da ausência dos habituais fundos comunitários, há quatro anos consecutivos, nem por isso, melhor, talvez por isso, em nossa opinião, têm-se desenvolvido planos de formação mais coerentes e articulados, e, até, aumentando, a espaços, o volume de formação.



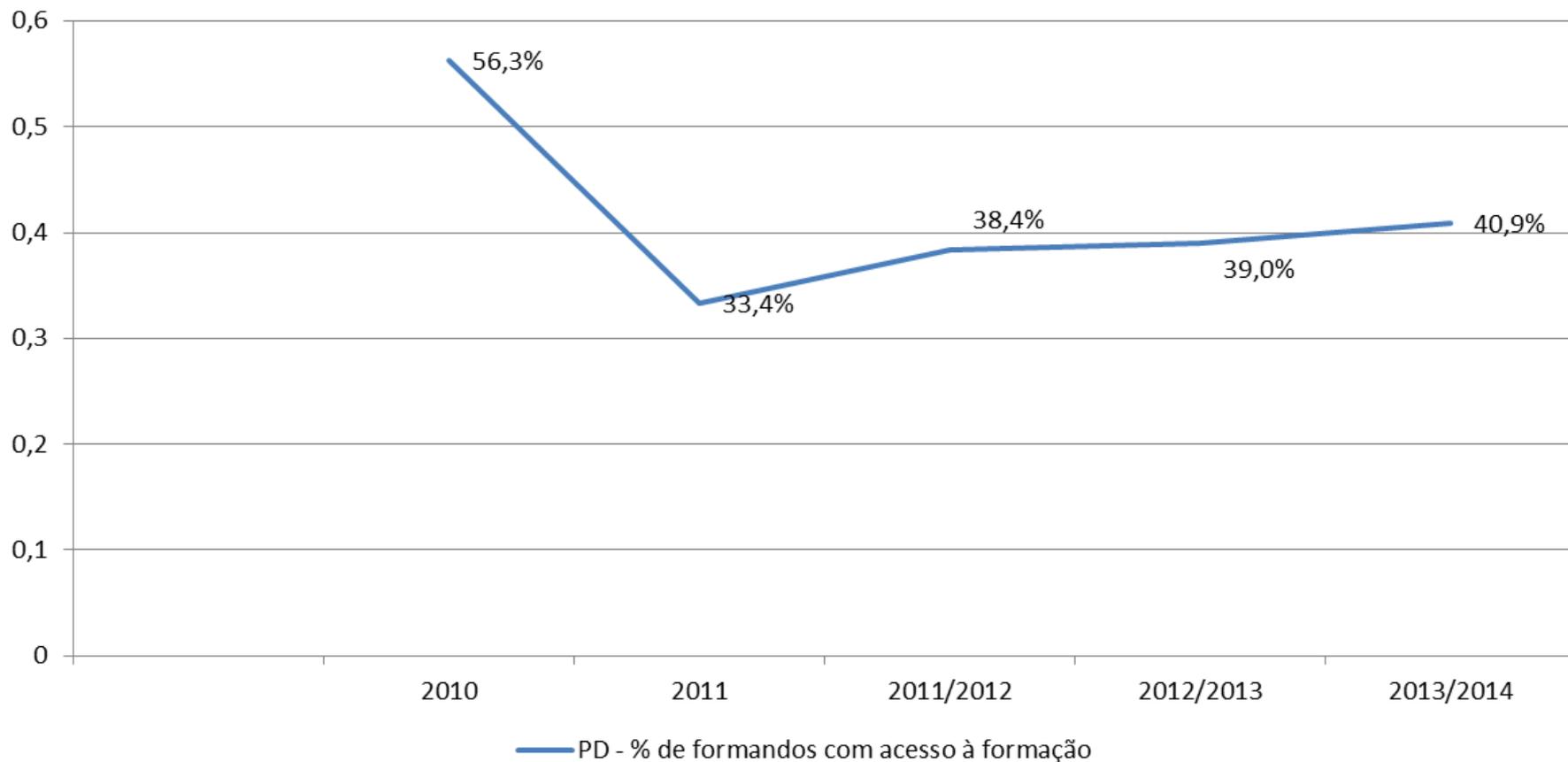
## Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE

FORMAÇÃO REALIZADA - QUADRO RESUMO							
ANO	N.º de docentes das escolas públicas associadas aos CFAE	Formação - Nº Turmas			PD - Total de Turmas	PD - Total Formandos Abrangidos	PD - % de formandos com acesso à formação
		Financiada (O.E./POPH)	Gratuita	Autofinanciada			
2010	138.288	2.271	1.364	53	3.688	77.866	56,3%
2011	148.242	235	1.871	409	2.515	49.474	33,4%
2011/2012	137.165	303	1.763	439	2.524	52.702	38,4%
2012/2013	123.549	211	1.686	365	2.262	48.154	39,0%
2013/2014	114.643	265	1.671	333	2.251	46.909	40,9%

João Carlos Machado de Sousa  
Diretor do Centro de Formação de Basto

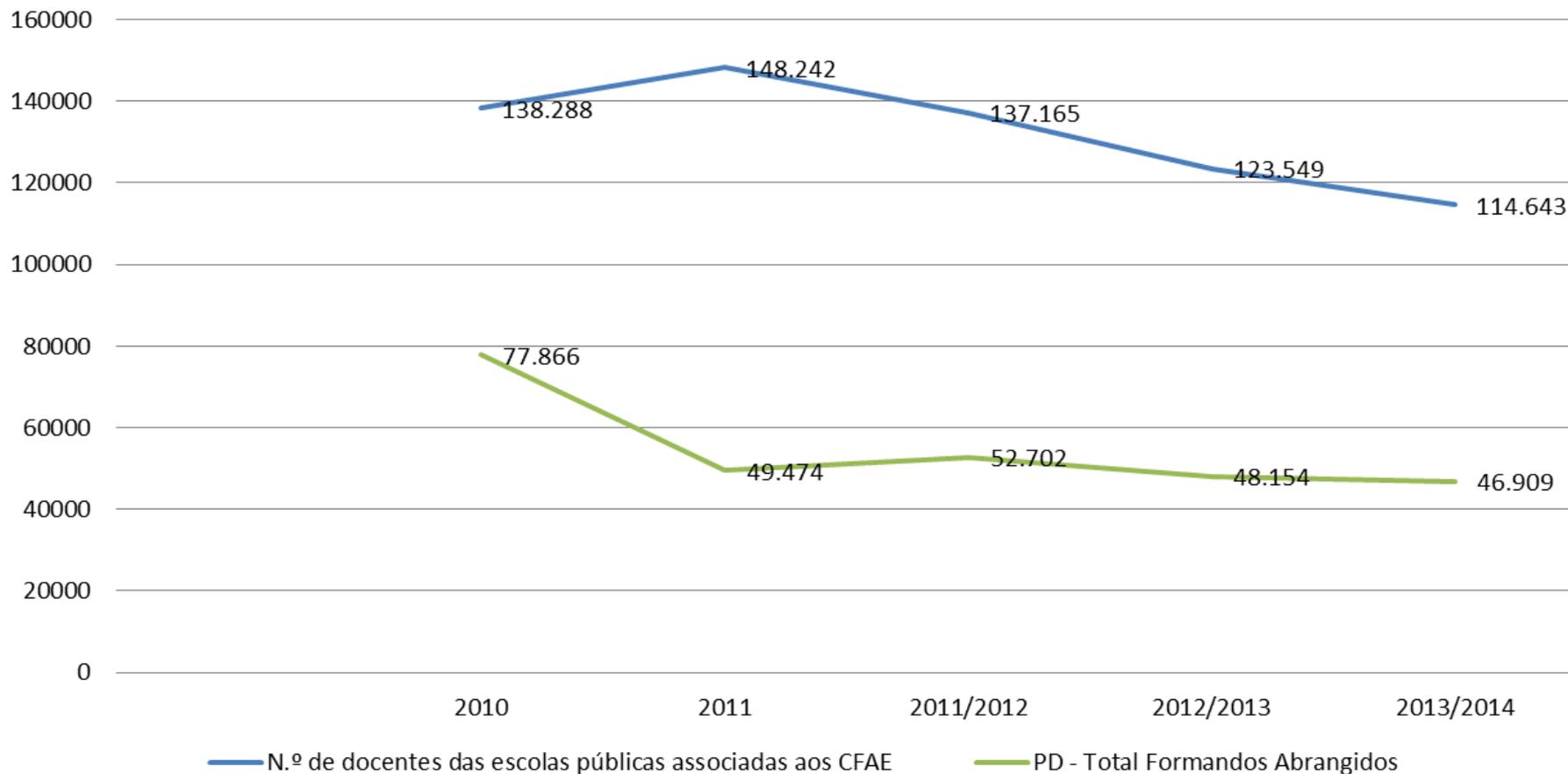


## Pessoal Docente - % de formandos com acesso à formação



# Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE

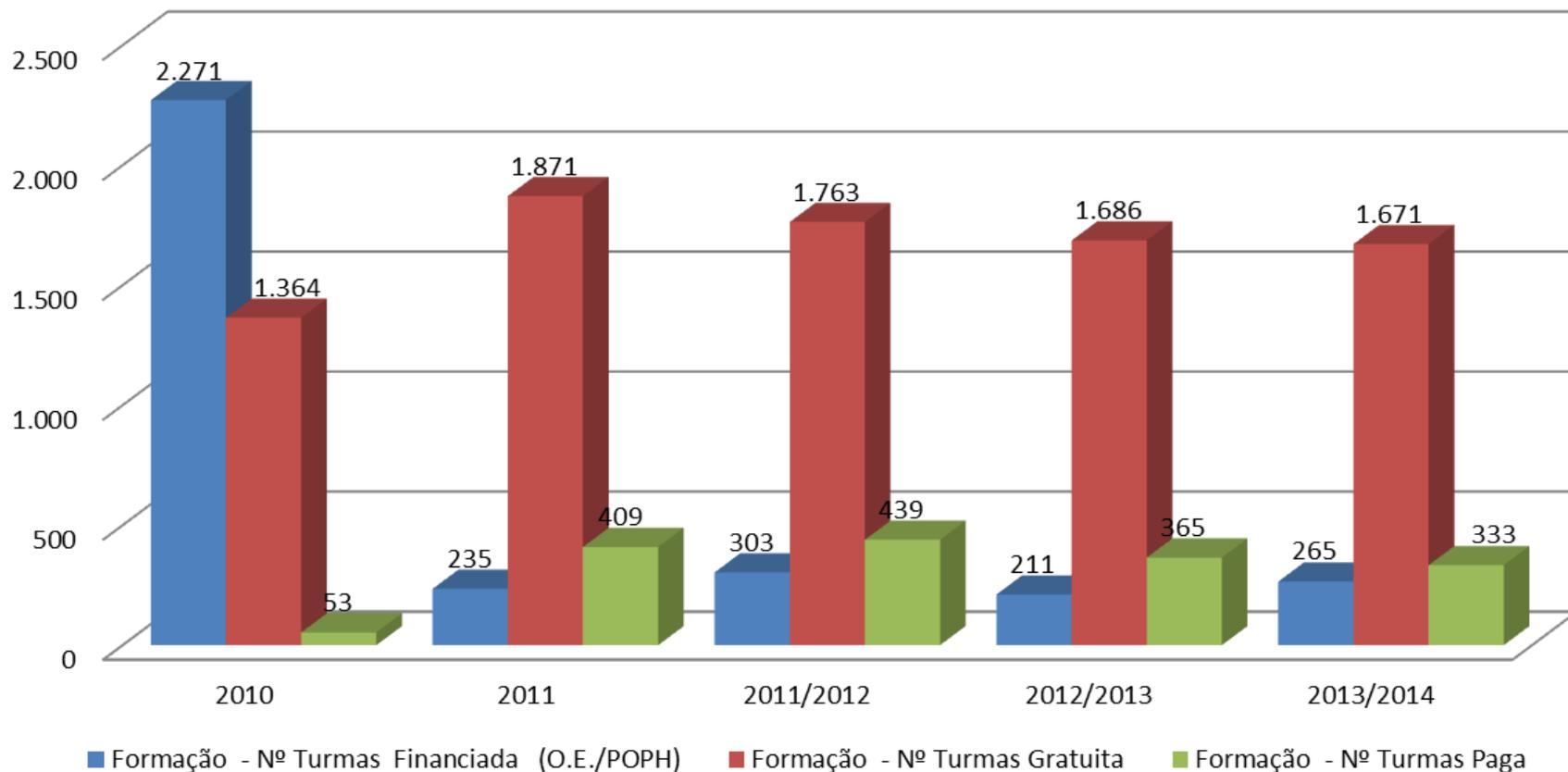
## Quadro Resumo - Formação realizada - Desde 2010 a 2013/2014



João Carlos Machado de Sousa  
Diretor do Centro de Formação de Basto



## Quadro Resumo - Nº de Turmas - Desde 2010 a 2013/2014



## Formação Contínua promovida em parceria com a APEPA

N.º	PROJECTO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	N.º HORAS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	N.º DE FORMANDOS
1	Sanidade Vegetal: Actualização de Conhecimentos em Meios de Protecção Contra Pragas e Doenças numa Óptica Sustentável	UTAD	50	15/07/2009 09/09/2009	28
2	Aperfeiçoamento Técnico em Mecanização Agrária: Tractores, Motocultivadores, Motoenchadas e Motoganhadeiras	EPA Agrícola D. Dinis - Paia	50	02/07/2009 10/07/2009	16
3	Aperfeiçoamento Técnico em Mecanização Agrária: Tractores, Motocultivadores, Motoenchadas e Motoganhadeiras	EPDR de SERPA	50	01/09/2009 09/09/2009	16
4	Aperfeiçoamento Técnico em Mecanização Agrária: Tractores, Motocultivadores, Motoenchadas e Motoganhadeiras	EP de Fermil, Celorico de Basto	50	05/09/2011 13/09/2011	18
5	Floresta Fogo e Biodiversidade	EPA Agrícola D. Dinis - Paia	25	05/11/2011 10/03/2012	18
6	Avaliação do Desempenho Docente – regular, supervisionar e melhorar a prática profissional	EPDR de Abrantes	25	03/09/2013 24/01/2014	15
7	Avaliação do Desempenho Docente – regular, supervisionar e melhorar a prática profissional	EPA Conde S. Bento	25	11/09/2013 05/10/2013	24
8	A Progressão e a Avaliação na Estrutura Modular do Currículo	EP de Fermil, Celorico de Basto	30	15/01/2014 11/06/2014	10
9	Sustentabilidade na Agricultura - Ferramentas Pedagógicas e Informática para o Ensino Profissional e Aconselhamento Agrícolas	EPA Agrícola Quinta da Lageosa	25	14/04/2014 16/04/2014	10
10	O Ensino Profissional, a Capacitação das Pessoas e o Desenvolvimento do País - Os Novos Desafios	Auditório 1 - Faculdade de Educação e Psicologia (FEP) da Universidade Católica Campus da Foz	7	16/03/2012	355
11	25 anos de Ensino Profissional Agrícola em Portugal	Assembleia da República Auditório do Novo Edifício	7	11/11/2014	
				Total	510

## **7. Novas atribuições aos CFAE -2012**

- Por caricato que possa parecer, uma vez que estamos num quadro de absoluta ausência de recursos financeiros, em 2012, com a publicação do Despacho Normativo n.º 24/2012, é-lhes legalmente atribuída uma nova competência. Assim, *em cada Centro de Formação de Associação de Escolas, (...), é constituída uma bolsa de avaliadores responsáveis pela avaliação externa da dimensão científica e pedagógica do processo de avaliação de desempenho docente”* (art.º 2º, Despacho Normativo n.º 24/2012). Esta competência decorre da publicação do novo regime jurídico de avaliação do desempenho docente (Decreto Regulamentar n.º 26/2012).
- O diretor de cada CFAE é instituído como coordenador da bolsa de avaliadores externos (BAE, sendo-lhe acometidas as várias funções inscritas no articulado no art.º 3º, Despacho Normativo n.º 24/2012, que comporta, basicamente, a coordenação e gestão da respetiva BAE.
- Foram os CFAE que almofadaram a aplicação do novo regime de ADD, pois a sua execução decorreu na maior das normalidades, apesar de uma desconfiança e indecisão inicial, por parte dos decisores centrais, na implementação deste complexo dossiê avaliativo, vulgarmente conhecido pela ADD.



## **8. A publicação do novo Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores (RJFCP) – Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro.**

Em seguida, exporemos alguns dos aspetos que consideramos mais relevantes desta nova arquitetura normativa, alusiva aos CFAE.

- a) Foi, definitivamente, integrado o ensino particular e cooperativo.
- b) A duração mínima das ações nas modalidades curso, oficina e círculos desce das 15 para as 12 horas.
- c) São introduzidas as ações de curta duração, com uma duração mínima de 3 e máxima de 6 horas, limitadas a um máximo de um quinto do total de horas de formação obrigatória.
- d) Os CFAE, enquanto entidades formadoras, passam de segundo para o primeiro lugar.
- e) É introduzida a Bolsa de Formadores Internos (BFI).
- f) Por último, tudo o que disser respeito à organização e funcionamento dos CFAE é remetido para um Regime Jurídico próprio a aguardar publicação, desde julho!!!!!!.



## 9. Velhos e novos constrangimentos

- Durante estes 22 anos de existência dos CFAE, apesar da progressiva adesão dos docentes a uma formação centrada nos contextos profissionais, continuam a existir constrangimentos...
- É certo que os CFAE fizeram muito mais do que aquilo para que foram inicialmente destinados no primeiro diploma;
- É também certo que a emergência dos CFAE não só surpreendeu como ultrapassou todas as expectativas;
- É ainda certo que, hoje, se reconhece as enormes mais-valias que os CFAE trouxeram para o Sistema Educativo, bem vincadas em muitos diplomas sobre educação.



## *Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE*

### **Vejam os principais constrangimentos:**

- a) A, incompreensível, não publicação da Lei orgânica dos CFAE;
- b) Desarticulação das ofertas de formação: diversidade de entidades formadoras e consequente desarticulação das ofertas de formação. Impõem-se profícuas relações entre as diferentes instituições formadoras por forma a haver coerência na formação de professores, também, entre a formação inicial e formação contínua;
- c) Predominância dos efeitos individuais sobre os efeitos profissionais da formação; Os CFAE têm tendência a responder a um cliente individual que é o professor, desligado do contexto organizacional;
- d) Descoordenação do processo de diagnóstico de necessidades. Uma das condições para que os projetos de formação nasçam localmente através de um processo de negociação e construção entre formandos, formadores e entidades promotoras. Os CFAE deveriam ter a primazia desta coordenação;



## *Políticas, percursos e desafios da formação contínua promovida pelos CFAE*

### **Vejamos os principais constrangimentos: (Cont.)**

- e) Inexistência de qualquer financiamento desde 2010;
- f) Escassez de recursos humanos;
- g) Os CFAE são, hoje, uma entidade pública sem personalidade jurídica, com sede numa das escolas associadas e, por este motivo, carenciados de meios e recursos próprios torna os Centros em entidades em permanente procura de soluções provisórias que, na maioria das vezes, não conseguem contemplar em pleno as finalidades a que se propunham. A não afetação de recursos humanos impede a concretização de atividades de produção de materiais e de apoio direto às escolas.
- h) Inexistência de condições para que o CCPFC, como seria aconselhável, desenvolva um trabalho de acompanhamento e avaliação do que se passa no terreno. Uma das prioridades é a atualização/substituição imediata da atual Plataforma do Conselho. Está completamente desajustada da realidade normativa que contempla a formação contínua atualmente.
- i) Ausência de condições para que se dissemine a formação nos formatos *e-learning* ou *b-learning*;



## **Assim, impõe-se:**

- Estimular a formação de redes profissionais de aprendizagem;
- A troca de experiências é um dos fatores que conduzem à autoformação;
- Intensificar a adoção de estratégias que promovam uma maior relação e articulação entre a formação inicial e a contínua, recorrendo a modelos formação centrada na escola;
- Potenciar os contextos de trabalho como espaços formativos, contrariando alguma externalidade que tem dominado a formação contínua.
- Apontar para o novo profissionalismo, mas não acreditemos na omnipresença do professor, nem na onnipotência da formação de professores, a milagreira, uma espécie de solução para todos os problemas de que enferma o sistema educativo.
- Ter sempre presente que a formação existe porque existem alunos, existe porque existem profissionais que querem criar mais e melhores condições e que seja (m) para todos.
- É que se a formação contínua não servir para os alunos melhorarem a sua aprendizagem e os professores melhorarem a prática real no ensino, então para quê a formação contínua?
- De facto, estamos perante um exemplo paradigmático de que a crise tem sido, é, um tempo de decisões e um tempo de oportunidades, fruto de um trabalho sinérgico sustentado em projetos credíveis, de criação de redes *inter* e *intra* qualificantes, do estabelecimento de parcerias e a adoção de atitudes proactivas junto da administração educativa.



***Políticas, percursos e desafios da formação  
contínua promovida pelos CFAE***

Muito obrigado pela Vossa atenção!

**João Carlos Machado de Sousa**  
*Diretor do Centro de Formação de Basto*

